

Jean-Jacques Rousseau, *Devaneios do caminhante solitário*, trad. de Miguel Serras Pereira (Lisboa: Antígona, 2024), 163 pp. ISBN: 978-972-608-466-2

Veio a lume, em setembro de 2024, uma nova tradução para a língua portuguesa dos *Devaneios do caminhante solitário* (*Les rêveries du promeneur solitaire*) de Jean-Jacques Rousseau, elaborada por Miguel Serras Pereira. Trata-se de uma importante publicação no panorama das Humanidades, que vem suprir uma lacuna há muito constatável: a última tradução dos *Devaneios*, levada a cabo por Henrique de Barros e publicada pela Fundação Calouste Gulbenkian, encontrava-se há bastante tempo esgotada, pelo que urgia colocar novamente à disposição do público um novo trabalho de tradução que desse a conhecer esta obra incontornável para a literatura e filosofia ocidentais.

Do ponto de vista do conteúdo, os *Devaneios*, publicados postumamente em 1782, apresentam-se como uma obra de cariz autobiográfico que, nas palavras do próprio Rousseau, vêm complementar aquele que é o seu mais substancial trabalho deste género: as *Confissões* (p. 13). No entanto, e apesar da sua natureza igualmente autobiográfica, deve dizer-se que os *Devaneios* se constituem como uma obra singular que vale por si. Desde logo, quando comparados, os propósitos dos dois textos distinguem-se nitidamente. Se, nas palavras de Rousseau, o projeto de redação das *Confissões* nascera do desejo de narrar a sua vida e assim desfazer algumas opiniões que então se haviam formado – «Sabia que publicamente me pintavam com traços tão pouco parecidos com os meus, e por vezes tão disformes, que, apesar do mal, de que nada queria calar, só podia ganhar mesmo assim mostrando-me tal qual era.»¹ –, a redação dos *Devaneios* parte já de um ponto de vista no qual as ditas opiniões e preconceitos erróneos acerca de si se estabeleceram e o autor vive agora numa forçada reclusão social. Como é bem sabido, na sequência da publicação do *Emílio* e do *Contrato social* em 1762, as obras de Rousseau são reprovadas pelo governo francês, queimadas em plena praça pública, e o mandado de detenção do autor imediatamente emitido; dias depois, o mesmo procedimento é levado a cabo pelo governo de Genebra. Daí em diante, Rousseau inicia um longo processo de fuga, transita entre vários pontos de refúgio e encontra alguns amigos que abnegadamente o defendem do perigo constante de detenção; convive, porém, com uma sensação que o acompanhará até ao fim da sua vida: o de haver sido excluído pelos próprios homens da vida em comunidade. Compreende-se, assim, o sentido profundamente avassalador da frase com que os *Devaneios* se iniciam: «Eis-me pois só na terra, sem ter irmão, próximo, amigo, sociedade que não eu mesmo.» (p. 7). Contrariamente ao projeto das *Confissões*, que denotara ainda uma força expansiva de resistência, os *Devaneios* são, propriamente falando, uma reunião de pequenos textos que Rousseau escreve de si para si, em pleno isolamento e solidão; eis porque o *caminhante solitário* do título é, justamente, o próprio autor. Porque se trata de uma obra inacabada – os dez passeios a que Rousseau se reporta decorrem entre 1776 e 78, ano da sua morte, e os dois últimos não chegam a ser revistos e acabados – ela é, sem dúvida, aquela que

¹ Jean-Jacques Rousseau, *Confissões*, 2.º v., trad. de Fernando Lopes Graça (Lisboa: Relógio d'Água, 1988), 230.

possui uma natureza mais propriamente *confessional*, no sentido da confissão interior, tornada pública pela escrita, que revelam. O que desde logo se mostra louvável neste texto é, pois, isto mesmo: que, não tendo sido profundamente trabalhado pelo seu autor, não tendo inclusivamente sido acabado, e sendo, aliás, inseparável das condições particulares em que veio à luz, ainda assim permaneça até à atualidade como uma marca fundamental da literatura do século XVIII.

O ponto de partida dos *Devaneios do caminhante solitário* anuncia-se na escolha do nome *rêverie* para descrever a ação que está na origem de cada um dos dez passeios. Tal como já foi amplamente estudado, o nome *rêverie*, que dá origem ao verbo *rêver*, tem tanto uma conotação física como espiritual. Ele parece apontar para uma ação decorrida num espaço físico, mas que então dá o mote para o início de uma viagem ou meditação interior². Com efeito, é esta dupla aceção que está patente nas *Rêveries* de Rousseau: não raras as vezes (o terceiro e quarto passeios são disto exceção), é o contacto com a natureza que espoleta incursões por episódios da sua vida e por temas que lhes são conexos. Não é de estranhar esta escolha de palavras e a recusa de quaisquer outras que apontem para uma atividade estritamente intelectual. O autor dos *Devaneios* chega mesmo a opor a *rêverie* à *réflexion* (p. 109): enquanto a primeira abre o espírito a uma contemplação exterior que é frutífera interiormente e que permite o conhecimento de si mesmo, a segunda obriga a uma abstração e a um fechamento sobre si. O uso do termo *rêverie* permite, no fundo, recuperar um dos eixos centrais do pensamento rousseauiano, o da recusa de um racionalismo estrito e a preferência por uma razão que *aprende* com os sentimentos, os quais, por sua vez, não são absolutamente independentes do meio e da realidade em que cada um se encontra inserido.

Não é, assim, e por outro lado, de estranhar que, para muitos, os *Devaneios* sejam considerados uma obra precursora do romantismo e da chamada *sensibilidade romântica*. Esta aceção moderna do termo *rêverie*, face visível de uma tendência que é, em si, também iminentemente moderna – a da viragem para a subjetividade –, será essencial para explicar como o próprio estilo de escrita do “cidadão de Genebra” se transformará e reverterá neste último escrito. Encontraremos nos *Devaneios* um ritmo mais desregrado, uma prosa menos pontuada e um recurso frequente às figuras de estilo, os quais permitirão colocar o texto em harmonia com o próprio estado de espírito do escritor. Natureza e *eu* misturam-se, entrecruzam-se, dando a ver imagens expressivas do estado de alma do autor. É o que sucede, por exemplo, algures no segundo passeio:

O campo ainda verde e ridente, mas em parte desfolhado e já quase deserto, oferecia por todo o lado a imagem da solidão e das aproximações do Inverno. Resultava do seu aspecto uma mistura de impressão doce e triste, demasiado análoga à minha idade e à minha sorte para que não ma aplicasse a mim mesmo. Via-me no declínio de uma vida inocente e infortunada, a alma ainda cheia de sentimentos vivazes, e o espírito ainda ornado de algumas flores, mas já fanadas pela tristeza e ressequidas pelas contrariedades. (p. 21)

² Fúlvia Moretto, Introdução a *Os devaneios do caminhante solitário* (São Paulo: Editora Nova Alexandria, 2018), 6-7.

Em termos temáticos, os dez passeios que constituem os *Devaneios do caminhante solitário* são de natureza diversa, assistindo-se, não raras as vezes, a uma complementaridade importante entre eles. No primeiro passeio (pp. 5-15), Rousseau descreve a difícil situação de vida em que se encontra há mais de quinze anos, na sequência do processo de censura pública de que foram alvo o *Emílio* e o *Contrato social* e, em especial, a “Profissão de fé do Vigário Saboiardo” do livro IV de *Emílio*, na qual Rousseau sugerira uma religião natural, contrária aos costumes institucionalizados da Igreja e tolerante às várias confissões e credos religiosos. No segundo passeio (pp. 17-29), o autor relata o episódio de um acidente acontecido em Mênilmontant que o deixa severamente ferido; Rousseau vem então a descobrir que haviam feito circular notícias falsas acerca da sua suposta morte e orquestrado um plano para publicar em seu nome um conjunto de textos espúrios, de molde a prejudicar a sua imagem postumamente. O passeio termina com a reiteração do estado de resignação a que o Genebrino chegou, ao cabo de vários anos de perseguição e mentiras: «Deixemos, pois, agir os homens e o destino; aprendamos a sofrer sem murmurar; tudo no fim deverá entrar na ordem, e a minha vez chegará cedo ou tarde.» (p. 29)

O terceiro passeio (pp. 31-49) discorre sobre a profunda transfiguração que se operou na vida de Rousseau aos quarenta anos, altura em que começou de forma convicta a sua produção filosófica. Tal transfiguração foi radical: ela implicou uma renúncia física a todos os adornos e costumes que caracterizavam a época, mas também uma profunda transformação interior. É nesta fase que nasce a sua suposta misantropia (acusação que lhe virá a ser imputada diversas vezes e que será tema recorrente nas *Confissões*); o autor justifica-a em face da necessidade de se excluir da vida em sociedade, moldada pela vaidade e pelas boas aparências, a fim de, por entre as tendências correntes, encontrar uma visão atenta e crítica dos homens.

O quarto passeio (pp. 51-73) é dedicado à questão da verdade. De acordo com o filósofo, a verdade afere-se pelo sentido de justiça: dizer a verdade a respeito dos assuntos mais cruciais é absolutamente essencial, um dever, mas ocultá-la a respeito de matérias inferiores não se afigura grave. O homem verdadeiro atribui a cada um o que é justo em cada caso, independentemente da sua situação. A discussão acerca da verdade é movida pelos «sentimentos de rectidão e de equidade» (p. 71) – ou, como o diz também Rousseau, pelo «ditame da [...] consciência» (p. 59) –, e não pela consideração das «noções abstractas do verdadeiro e do falso» (p. 71), reiterando-se, assim, uma vez mais, uma metodologia reflexiva não-intelectualista, mesmo em face de tópicos considerados tradicionalmente de natureza filosófica. Esta discussão é, por outro lado, importante, porque revela o procedimento tido em conta por Rousseau na elaboração das *Confissões* e na questão da preservação da verdade dos relatos incluídos nesta obra.

O quinto passeio (pp. 75-88) versa sobre o estado de absoluta paz e contentamento em que o pensador de Genebra vive aquando da sua estadia de dois meses na ilha de Saint-Pierre, na Suíça. Tal como nas *Confissões*, em que Rousseau descrevera de maneira pormenorizada e rica a sua estadia em Saint-Pierre, também nos *Devaneios* se repetirá esta mesma profusão e riqueza estilística que denota já o espírito proto-romântico da sua escrita. O sentimento de completude e de realização interior que nasce do contacto com a natureza, a qual se basta a si mesma e obriga o homem

à fruição do momento presente, é o que o filósofo vai celebrar nas páginas que preenchem este passeio:

De onde vem o nosso gozo numa tal situação? De nada que nos seja exterior, de nada senão de nós mesmos e da nossa própria existência; enquanto esse estado dura, bastamo-nos a nós mesmos como Deus. O sentimento da existência totalmente despojado de alguma outra afecção é por si mesmo um sentimento precioso de contentamento e de paz, que por si só bastaria para tornar essa existência querida e doce para quem soubesse afastar de si todas as impressões sensuais e terrenas que vêm, sem cessar, distrair-nos dela e perturbar a sua doçura nesta terra. (pp. 85-86)

No sexto passeio (pp. 89-103), Rousseau examina a sua consciência, assim como alguns acontecimentos que marcaram a sua vida, recorda uma vez mais o processo de censura e exclusão social a que foi sujeito com a publicação do *Emílio* e do *Contrato social*, e então conclui, numa passagem diversas vezes citada, «que nunca fui verdadeiramente feito para a sociedade civil, na qual tudo é constrangimento, obrigação, dever, e que a minha natureza independente me tornou sempre incapaz das sujeições necessárias a quem queira viver com os homens.» (p. 102); afirmação que deve ser lida no quadro de uma visão crítica da contemporaneidade, e que a vê como estando limitada pela dependência excessiva face ao outro e à opinião alheia, assim obrigando o homem a uma negação da sua independência e liberdade originárias. Note-se que é justamente contra isto que a filosofia rousseauiana se ergue; no entanto, é também contra isto que, no plano concreto da vida do seu autor, Rousseau se vai debater.

O sétimo passeio (pp. 105-124) versa sobre o interesse de Rousseau pela botânica. Esta será uma ocupação a que o pensador de Genebra se dedicará até à morte e que torna evidente a sua preferência pela vida no campo em detrimento da vida na cidade. Com efeito, o interesse pelo reino vegetal revela, no fundo, algo que repetidamente vemos surgir na produção literária e filosófica rousseauiana: a sugestão de acordo com a qual a fruição da natureza está associada a um regresso à inocência, a um pensamento que se silencia e dá lugar a uma experiência desinteressada, mas curiosa, da beleza simples, presente em tudo aquilo que não está ainda contaminado pelo modo contemporâneo de conceber a vida em sociedade. Ela aponta, por isso, para um espírito que não oscila incessantemente na busca de algo mais, mas que se detém no momento presente e é capaz de nele se satisfazer de forma plena e tranquila.

O oitavo passeio (pp. 125-139) recupera a perseguição de que Rousseau é alvo, mas desta vez para responder a uma pergunta: «como contemplar por um momento a minha situação sem a ver tão horrível como ma tornaram, e sem perecer de dor e de desespero?» (p. 129). Ou seja, como alcançar uma resignação pacificada, que não suprime a dor ou o desconforto, mas antes aceita declaradamente as condições de vida em que cada um se vê colocado? A pergunta serve de mote para Rousseau iniciar uma curta digressão sobre outro tópico-chave do seu pensamento: o da oposição entre o amor de si mesmo e o amor próprio. Enquanto o primeiro se satisfaz consigo mesmo, porque está associado ao desejo simples de autopreservação, o segundo instaura um círculo vicioso que toma em consideração as boas aparências e procura

a sua satisfação, não em si mesmo, mas nas opiniões dos outros³. Ora, é justamente a este amor próprio desregrado que Rousseau vai atribuir a sua dificuldade inicial para aceitar as críticas e o afastamento dos pares. Uma vez, porém, tranquilizado, o autor reentra então na «ordem da natureza», liberta-se do «jugo da opinião» (p. 134), absolutamente irrelevante para a aferição do seu valor e dignidade, e reconhece que, apesar das contrariedades que enfrenta diariamente à custa da situação em que o colocaram, estas lhe possibilitaram a oportunidade de aprofundar o conhecimento acerca de si.

O nono passeio (pp. 141-158) versa sobre um acontecimento marcante da vida do escritor: o facto de haver abandonado os cinco filhos que teve com Thérèse Levasseur na Roda, algo que o sujeitará a diversas acusações públicas, que se adensarão em face da publicação de *Emílio*, um tratado, justamente, sobre a educação e a infância. Rousseau defende-se e termina com uma nova reflexão acerca do modo como o seu olhar outrora benevolente sobre os homens se transmutou após todas as acusações infundadas que lhe foram sendo dirigidas. O décimo e último passeio (pp. 159-163), inacabado, versaria sobre a relação de Rousseau com a Senhora de Warens. Trata-se de uma relação já sobejamente estudada, mas que não deixa de suscitar perplexidade naqueles que, ainda assim, conhecem por vez primeira os seus contornos: os dois encontram-se ainda na adolescência de Rousseau, vêm a habitar conjuntamente em Chambéry e iniciam uma relação amorosa, enquanto o jovem Rousseau apelida a amante de *maman*. O impacto da Senhora de Warens na vida do filósofo é indiscutível e este é cabal na avaliação que faz do fim da relação: «Ah, tivesse eu bastado ao seu coração como ela bastava ao meu!» (p. 161).

O que se revela interessante na obra rousseauiana, e que também nos *Devoções* é constatável, é o facto de os textos possuírem múltiplas camadas interpretativas: o texto autobiográfico não é *somente* uma autobiografia, o filosófico não é *estritamente* um tratado de filosofia, o literário não é *apenas* uma peça de literatura. Ao invés, múltiplas camadas interagem, podendo-se encontrar nas discussões aparentemente mais circunstanciais acerca da vida de Rousseau um reflexo visível dos princípios que vemos serem apresentados em detalhe nas suas obras de cariz filosófico. É assim que, por entre parágrafos à primeira vista autobiográficos, se encontram, aqui e ali, referências que merecem uma atenção mais propriamente filosófica. Um exemplo disso pode ser encontrado no quinto passeio, quando, no meio das magníficas descrições que faz da sua estadia na ilha de Saint-Pierre, o filósofo tece uma crítica que mostra como, mesmo após anos de perseguição e perigo, a sua escrita não deixou ainda de ser política:

Esta bela bacia, de uma forma quase redonda, encerra no meio duas pequenas ilhas, uma habitada e cultivada, com cerca de meia légua de roda, a outra mais pequena, deserta e não cultivada, e que acabará por ser destruída pelos transportes de terra que dela se extrai sem cessar para reparação dos estragos que as vagas e as tempestades fazem na grande. É assim que a substância do fraco é sempre usada em proveito do poderoso. (p. 78)

³ Jean-Jacques Rousseau, *Émile ou de l'éducation* (Paris: Gallimard, Bibliothèque de la Pléiade, 1969), 491-493.

A nova tradução de Miguel Serras Pereira dos *Devaneios do caminhante solitário* vem, em suma, suprir uma importante lacuna que se encontrava de momento no panorama português das Humanidades. Trata-se, por diversos motivos, alguns dos quais procurámos esboçar, de um texto fundamental, tanto no contexto da produção de Jean-Jacques Rousseau, como da literatura ou mesmo da filosofia e que, nesse sentido, importa ter disponível para o público especializado e não-especializado. Ainda que fosse, sem dúvida, útil acrescentar à tradução uma breve introdução que desse conta de alguns aspetos singulares deste texto e das condições em que vem à luz – informações sem as quais não se compreende, com rigor, a riqueza do que está em causa –, o projeto de tradução dos *Devaneios* às mãos de Miguel Serras Pereira vem, não obstante, na hora certa, numa altura em que, passado menos de um ano, se publica, em junho de 2025, a tradução realizada por Manuel de Freitas da primeira parte de uma outra obra fundamental de Rousseau a que, aliás, já aludimos: as *Confissões* (Lisboa: E-primatur). São marcos importantes para o aprofundamento do *dossier* rousseauiano em língua portuguesa, que porventura permitirão recentrar a atenção dos leitores num autor que, além de fundamental para a modernidade que se lhe seguiu, é-o para a nossa contemporaneidade, mas que permanece, por uma qualquer justificação difícil de apontar, algo esquecido nos dias que correm.

Inês Beatriz Ferreira

Universidade de Lisboa

inesbeatriz@edu.ulisboa.pt

0009-0006-5135-4337

DOI: https://doi.org/10.14195/0872-0851_68_15